



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

1 Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, em segunda chamada, conforme
2 o regimento interno, deu-se início à quadragésima terceira reunião ordinária do Conselho Municipal
3 de Saúde de São Vicente nesta gestão, com a presença 28 (vinte e oito) conselheiros, sendo 14
4 (quatorze) titulares e 14 (quatorze) suplentes. A Presidente do Conselho, Dr^a Michelle Luis Santos,
5 cumprimentou os presentes e iniciou a reunião. Em seguida, convida a 1^a Secretária Executiva, Sra.
6 Cristiane Maia, e a Secretária-Geral, Sra. Márcia Capelazo, para comporem a mesa junto com ela.

7 **1ª Aprovação da Ata da RO. de 23/04/2025:** A Presidente do Conselho pergunta aos conselheiros
8 se há algum apontamento à referida ata. Como ninguém se manifestou, a ata foi aprovada por
9 unanimidade. **2º item: Informes gerais / informes das Comissões:** A Presidente do Conselho
10 informou que, no dia 24/04, foi realizada a inauguração da primeira sala multissensorial da cidade,
11 instalada no Complexo de Especialidades Médicas, em parceria com o Deputado Estadual Caio
12 França. Destacou que, apesar do grande esforço envolvido, trata-se da primeira sala pública da
13 Baixada Santista com esse objetivo, voltada a promover estímulos sensoriais às crianças. Ressaltou
14 que ainda há muito a avançar, mas esse foi um importante passo. A Presidente também relatou que,
15 no dia 28/04, a ESF Humaitá promoveu o evento "Circuito Bolsa Família", que incluiu a pesagem
16 obrigatória para manutenção do benefício. Comentou ainda que, no dia 09/05, a UPA Central recebeu
17 a concretagem da primeira laje da obra, que se encontra em fase avançada. Informou que já foi
18 realizada a primeira prestação de contas ao Estado, referente ao aporte inicial de R\$ 4.000.000,00
19 (quatro milhões de reais), valor que já foi repassado à construtora após as devidas medições.
20 Aguardam-se, no momento, os repasses seguintes. A previsão de conclusão da obra é para o
21 próximo ano. A Presidente mencionou que, no último sábado (10/05), foi realizado o Dia D de
22 vacinação contra a gripe e atualização das cadernetas de vacinação, com a participação de dez
23 unidades de saúde, além do Vacimóvel presente na Praça Barão e no Shopping Brisamar, totalizando
24 3.431 doses aplicadas — superando em 1.000 doses o total do ano anterior. Informou que a
25 vacinação contra a gripe está liberada para todos os grupos a partir dos seis meses de idade,
26 solicitando o apoio de todos na divulgação dessa informação, especialmente por ser um período com
27 aumento nos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave. Relembrou que as inscrições para a
28 Conferência Municipal de Saúde estão abertas até o dia 15/05. A conferência será realizada no dia
29 21/05 e terá como pauta a discussão das propostas para o Plano Municipal de Saúde e a eleição da
30 nova composição do Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2026/2027. Informou ainda que há
31 uma programação referente ao "Maio Vermelho" em todas as unidades, com foco na conscientização,
32 prevenção e combate ao câncer bucal. A Presidente parabenizou todos os enfermeiros pelo Dia do
33 Enfermeiro e pelo Dia Internacional da Enfermagem, comemorados em 12/05. A 1^a Secretária
34 Executiva, Sra. Cristiane Maia, agradeceu a homenagem, parabenizou os colegas de profissão e
35 manifestou gratidão por fazer parte do grupo. A Presidente informou que, no mês de abril, foram
36 eliminados 4.695 focos do mosquito da dengue. Reforçou a continuidade dos trabalhos de combate
37 aos focos nas residências e alertou sobre a importância da conscientização da população. Até o

38 momento, há 891 casos confirmados de dengue no município. Convidou os conselheiros para
39 participarem da audiência pública referente ao 1º quadrimestre de 2025, a ser realizada no dia 26/05,
40 às 09h, no Plenarinho da Câmara Municipal. A partir desta audiência, a Comissão de Prestação de
41 Contas iniciará a análise dos relatórios para emissão de parecer. Por fim, destacou que a Baixada
42 Santista continua sendo uma das regiões com maiores índices de mortalidade materno-infantil,
43 frequentemente acima da média estadual. Informou que estão sendo adotadas ações para reduzir
44 esses índices e convidou dois membros do Conselho para compor a Comissão Especial de
45 Mortalidade Materno Infantil e Fetal – 2025/2027, presidida pela Dra. Paola e composta por
46 representantes da Diretoria de Atenção Primária, Diretoria de Atenção Hospitalar, Urgência e
47 Emergência (DAHUE). Em casos necessários, também são convidados representantes do Conselho
48 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselheiros Tutelares e a unidade básica
49 responsável pelo pré-natal. As conselheiras Cristiane Maia (titular) e Elenice Cristina (suplente) se
50 voluntariaram para integrar a referida comissão. **3º Item: Palavra dos conselheiros:** A conselheira
51 Suely relatou a conquista das sete abonadas, mas informou que têm ocorrido alguns problemas.
52 Segundo ela, a enfermeira Adriana está retendo os pedidos nas gavetas e não os repassando à
53 Diretoria, sendo cerca de 15 solicitações pendentes. Os funcionários estão insatisfeitos com a
54 situação, e a conselheira solicitou que os responsáveis conversem com os colaboradores sobre esse
55 direito. A Presidente informou que conversou com o Júlio, Presidente do Sindicato, e esclareceu que
56 o servidor tem direito a sete abonadas, respeitando uma escala que não comprometa o serviço. Como
57 exemplo, mencionou o episódio do Dia das Mães, em que cinco enfermeiras solicitaram abonadas
58 para o mesmo plantão de domingo, o que inviabilizou a concessão. Foi solicitado que as profissionais
59 chegassem a um acordo sobre quem gozaria a folga, o que não ocorreu. Diante disso, a conselheira
60 Suely questionou se a folga poderá ser concedida em outra data, e a Presidente respondeu
61 afirmativamente. O conselheiro Edilberto informou que encaminhou ao grupo de WhatsApp do
62 Conselho um resumo baseado na Lei Complementar nº 210, de dezembro de 2024, sobre contas
63 específicas e utilização dos recursos, comunicou ainda que protocolou um ofício na Secretaria da
64 Saúde solicitando esclarecimentos, a fim de compartilhar as informações com o Conselho e com a
65 população, e solicitou aos conselheiros que leiam o documento; ressaltou a dificuldade em
66 compreender como os recursos destinados ao incremento da Atenção Primária foram utilizados para
67 pagamento de plantões médicos, e questionou como a parte administrativa pretende restituir valores
68 que deveriam ser aplicados em finalidades específicas. O Sr. Nelson explicou que o Ministério da
69 Saúde possui diversas normativas. Em 2018, foi criada uma conta única para custeio e investimento,
70 que inclui todos os programas da saúde; o Plano Municipal de Saúde regulamenta a aplicação desses
71 recursos. Estando no Plano, o recurso pode ser utilizado, e no Relatório Anual de Gestão haverá a
72 devida distinção do que foi executado. O Sr. Nelson fala que com a regulamentação das emendas
73 parlamentares, haverá contas específicas para cada emenda, o que está sendo estudado, pois
74 poderá representar um retrocesso na gestão de contas. Ressaltou que a conta bancária é apenas



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

75 um meio de movimentação e que o controle efetivo deve ser feito pela Administração e com base no
76 Plano Municipal de Saúde. Informou ainda que neste ano foram recebidos dois incrementos para
77 Média e Alta Complexidade (MAC) e um para Atenção Primária, todos corretamente aplicados. O Sr.
78 Nelson fala que ocorreu apenas um erro de cadastro pela Prefeitura, que registrou um recurso de
79 MAC como sendo da Atenção Primária, mas os gastos foram feitos corretamente, e a empresa
80 responsável já foi acionada para corrigir o código. A conselheira Andreia relatou que levou seu filho
81 ao Pronto-Socorro (PS) Central na semana anterior, onde ele precisava ser atendido por um
82 traumatologista, mas foi direcionado inicialmente à pediatria. Foi informada de que essa ordem partiu
83 da Secretaria da Saúde. Após a consulta com o pediatra, e sendo necessária a avaliação do
84 especialista, foi preciso abrir uma nova ficha, o que, segundo ela, poderia ter sido evitado. Questionou
85 também sobre o pagamento dos médicos do PS, relatando que um médico afirmou que a última
86 parcela de fevereiro foi paga apenas em 08/05. Perguntou ainda sobre a fila de espera para
87 atendimento com neurologista adulto, pois há moradores reclamando que deixaram
88 encaminhamentos na UBS Central e aguardam há mais de um ano, apesar de ter sido informado em
89 reunião anterior que a fila estaria quase zerada. A Presidente esclareceu que, quando há especialista
90 disponível, o protocolo exige a triagem por clínico geral ou pediatra, que deve avaliar o caso e solicitar
91 radiografia. Somente após a confirmação de fratura é feito o encaminhamento ao traumatologista. A
92 conselheira Andreia contestou, relatando que o pediatra não solicitou exame e apenas respondeu
93 que “não é comigo”. A Presidente afirmou que essa conduta não segue o protocolo e solicitou que a
94 conselheira formalize uma manifestação na Ouvidoria, para que o profissional seja responsabilizado.
95 A Presidente reiterou que o médico deveria ter feito o exame físico ou solicitado a radiografia. A
96 Presidente mencionou que sempre destaca as especialidades com redução nas filas de espera, a
97 Diretoria de Regulação tem realizado um bom trabalho, com gestão da fila feita por médico regulador;
98 explicou que a fila para neurologista adulto tende a ser longa, pois há apenas um profissional e a
99 média de espera é de um ano. A Presidente também relatou que a Secretaria da Saúde enfrenta um
100 déficit mensal de nove milhões de reais e que, diante disso, é preciso priorizar os pagamentos, sendo
101 os recursos humanos a preferência. A Presidente esclareceu que o Decreto nº 5.565-A, de 2021,
102 estabelece procedimentos padronizados para a fiscalização de contratos administrativos e para a
103 liquidação e pagamento de despesas públicas decorrentes desses contratos. A partir do ateste da
104 nota, o vencimento se dá em 30 dias. A Presidente respondeu à conselheira Andreia que, apesar do
105 plantão médico ter sido prestado em fevereiro, a nota foi apresentada em abril e venceu em 05/05.
106 Segundo a Lei nº 8.666, a Secretaria da Saúde pode atrasar o pagamento em até 90 dias sem
107 interrupção do serviço, e as empresas contratadas devem demonstrar capacidade financeira para
108 manter os pagamentos em dia, uma vez que foram contratadas para a gestão de escalas médicas.
109 A Presidente informou que os coordenadores da DAHUE visitaram o PS Central para conversar com
110 os médicos e esclarecer que não é permitido interromper os atendimentos. As empresas envolvidas
111 em greves brancas estão sendo penalizadas. A conselheira Rosangela mencionou que médicos do

112 CAPS Mater alegaram estar em greve. A Presidente respondeu que esses profissionais não têm
113 legitimidade para declarar greve, pois são sócios cotistas, e apenas o Sindicato pode fazê-lo. A
114 Presidente informou também que, das quatro empresas médicas inicialmente contratadas,
115 atualmente restam três, pois uma teve o contrato rescindido e foi penalizada. Ressaltou que, antes
116 dessa gestão, nenhuma empresa havia sido penalizada, e que essa é a realidade do município. A
117 Presidente enfatizou que não gostaria de estar devendo, mas que solicitou ao Ministério da Saúde a
118 habilitação para nutrição enteral e parenteral, aumento no convênio da Maternidade e do recurso
119 MAC, com o objetivo de equilibrar receitas e despesas. A Presidente fala que há 200 médicos
120 inscritos para o concurso público e 4.000 candidatos para demais funções técnicas. A expectativa é
121 que a contratação de servidores efetivos ajude a reduzir a dependência de empresas médicas e a
122 promover o equilíbrio orçamentário. O Dr. Reinaldo informou que houve tentativa de paralisação no
123 CAPS Mater, onde alguns médicos estavam influenciando a equipe. A empresa médica responsável
124 já foi comunicada, os profissionais que se recusaram a trabalhar foram substituídos e foi cobrada a
125 postura adequada dos envolvidos. **4º Item: Palavra dos convidados:** A Sra. Cleide informou que
126 estava representando as famílias atípicas e a AMEFE (Associação de Mães Especiais, Filhos
127 Especiais), parabenizou o trabalho do neurologista Dr. Evandro e do psiquiatra, solicitando a
128 ampliação do atendimento do Dr. Evandro para três dias na semana, a fim de incluir o acolhimento
129 às mães, buscar soluções para as questões envolvendo as crianças e reduzir a demanda. Questionou
130 a falta dos medicamentos Neuleptil e Risperidona líquida, e mencionou que esteve na Secretaria de
131 Patrimônio da União, tendo agendado uma reunião com a Secretaria de Estado para solicitar apoio
132 ao município. A Diretora de Assistência Farmacêutica, Sra. Aline, respondeu que o Neuleptil foi
133 descontinuado temporariamente pelo laboratório e que, na próxima semana, haverá um novo pregão,
134 mas ainda não se sabe se alguma distribuidora fornecerá o medicamento. Informou ainda que a
135 Risperidona líquida é liberada apenas para crianças acima de cinco anos, não podendo ser
136 padronizada para menores dessa idade, conforme o protocolo estadual, o qual o protocolo municipal
137 não pode contrariar. O conselheiro Marcelo Rodrigues questionou o motivo pelo qual os médicos
138 prescrevem a medicação, mesmo sendo restrita. O Dr. Reinaldo esclareceu que os médicos têm
139 liberdade para prescrever, porém os profissionais da Prefeitura recebem orientação para não
140 prescreverem medicamentos fora do protocolo; caso o façam, agirão em desacordo com as diretrizes
141 estabelecidas. A servidora Andressa, do CAPS Infantil, informou que, por hábito, realiza-se uma
142 conversa com os médicos sobre as medicações padronizadas no município. Em seguida, o Dr.
143 Reinaldo apresentou a Dra. Sinara, dentista, mãe atípica e mestranda em neuro divergência,
144 destacando que a profissional atua no Centro de Especialidades Médicas, acolhendo as mães nos
145 corredores e promovendo rodas de conversa enquanto aguardam atendimento. A Dra. Sinara
146 agradeceu a oportunidade. A Presidente relatou que a primeira-dama propôs um projeto de
147 acolhimento para mães atípicas, e o Dr. Reinaldo acrescentou que tal iniciativa está em fase de
148 alinhamento. A Diretora Priscila informou que o retorno com o Dr. Evandro tem 168 pacientes



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

149 aguardando desde 11/04/2025; com a Dra. Márcia, 143 pacientes desde 11/03/2025; e a triagem com
150 a Dra. Bruna conta com 198 pacientes aguardando desde fevereiro de 2025. A Sra. Cíntia, mãe de
151 Ruan, de 17 anos, autista e atendido pelo CAPS Infantil desde 2014, agradeceu à Secretaria da
152 Saúde, destacando que, na última reunião do Conselho, havia reclamado do tempo de retorno das
153 receitas; questionou quais projetos estão previstos para o estabelecimento, apontando a existência
154 de uma mesa de sinuca sem uso. Informou que, devido à idade do filho, ele será transferido para o
155 CAPS Mater, e relatou dificuldades na renovação da carteira de transporte. A servidora Andressa
156 explicou que a EMTU está passando por um processo de transição estatal e que os usuários devem
157 enviar e-mails à ouvidoria da EMTU. Esclareceu que o município disponibiliza o espaço e o
158 profissional para confecção das carteiras, mas que a burocracia é responsabilidade da empresa. A
159 Presidente reforçou que a obrigação de emitir a carteira de gratuidade é da EMTU, e que não cabe
160 à Secretaria da Saúde. Andressa complementou que são realizados cerca de 80 atendimentos de
161 gratuidade por mês. O conselheiro Marcelo Rodrigues sugeriu que o "Facilita" da área continental
162 poderia disponibilizar espaço para atendimento da EMTU. A servidora Andressa esclareceu que o
163 CAPS Infantil atende casos de transtornos mentais severos, graves e persistentes, sendo o autismo
164 classificado como transtorno do neurodesenvolvimento. Reforçou que o serviço deve ser rotativo e
165 que não é possível disponibilizar psicólogo, terapeuta ocupacional e fonoaudióloga de forma
166 contínua. A Sra. Cleide mencionou a existência de uma lei estadual que determina que o CID F84 é
167 permanente, não sendo necessário laudo atualizado. A Presidente reforçou que a exigência parte da
168 EMTU. O conselheiro Marcelo Rodrigues solicitou que essa informação fosse repassada por e-mail
169 a todas as unidades, e a Presidente solicitou ao Dr. Reinaldo a elaboração de um ofício-circular. O
170 conselheiro Marcelo Rodrigues também perguntou se a EMTU poderia utilizar uma sala no Centro de
171 Especialidades Médicas, e a Presidente respondeu que se trata de uma unidade com grande fluxo,
172 onde funciona a farmácia, e que atende cerca de 400 pessoas por dia. A Presidente informou ainda
173 que o governo federal abriu inscrições no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e que o
174 CAPS Infantil foi inscrito para construção em novo local, mais adequado. Ao final, a Presidente
175 convidou os aniversariantes do mês: Juliana, Cinthia, Cristiane, Marion, Aline, Priscila e Vitor.
176 Entregou um mimo a cada um, desejando boas vibrações para o novo ciclo, sendo acompanhada por
177 todos os presentes que cantaram parabéns. A reunião foi encerrada às 11h10.

Michelle Luis Santos
Presidente do CMS/SV



Marcia Capelazo Lopes Seignemartin
Secretária-geral do CMS/SV